

CALAMIDADE NO RS

RICARDO STUCKERT/PR

Decreto que aumentou ICMS da cesta básica será revogado

GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI



Governo de Eduardo Leite voltou atrás e irá revogar decreto que aumentava impostos sobre produtos da cesta básica

O governador Eduardo Leite anunciou, na terça-feira (14), a revogação de medida que retirava benefícios sobre alimentos da cesta básica. Um novo decreto deve entrar em vigor em 1º de junho, estabelecendo que os produtos voltarão a ser isentos ou a usufruir de redução na base de cálculo.

“Consideramos oportuno retomar esses benefícios neste momento. Além disso, precisamos equilibrar o apoio aos setores econômicos severamente afetados para que possam se recuperar, enquanto garantimos a estabilidade financeira do Estado. Isso nos permitirá continuar apoiando as comunidades na reconstrução da infraestrutura e habitação, além de contrar-

tar servidores para fortalecer os serviços públicos, tendo em vista que há encaminhamentos em andamento com o governo federal”, destaca Leite.

O decreto atual passou a valer no dia 1º de maio e tem relação com 64 segmentos da economia, entre eles o setor de alimentos. De imediato, os alimentos da cesta básica passaram da atual alíquota de 7% de ICMS para 12%. Os tradicionais pão cacetinho e o leite também passariam a pagar 12% de imposto.

Já frutas, legumes, hortaliças e ovos estavam fora do aumento em um primeiro momento. Mas os itens também ficariam mais caros a partir do dia 31 de dezembro, com aumento de impostos sobre os produtos. Com outras medidas

no horizonte, o governo prevê um corte de 10% nos benefícios fiscais do Estado até 2025.

Em suas redes sociais, o vice-governador Gabriel Souza comentou o impacto positivo da medida. “É uma bela notícia para todos os consumidores do Estado e diminuirá o sofrimento do povo gaúcho. A mudança evita o aumento de preço nos alimentos em um momento que exigirá ações de recuperação econômica e retomada da normalidade da vida das famílias”, avalia. (Com informações de Juliana Nunes)



Acesse abcm.com.br/tempestade e leia mais sobre a situação do RS

AL aprova projetos sobre a calamidade

Na tarde de terça-feira (14), o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, projetos relacionados à situação das cheias. Entre as proposições aprovadas está a que reconhece o estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul. Ainda foi aprovado projeto que autoriza o Poder Executivo, em caso de calamidade pública, a suspender, interromper ou prorrogar prazos relacionados a questões como concursos públicos e nomeações, por exemplo.

A sessão extraordinária foi comandada pelo presidente da Casa, deputado Adolfo Brito (PP), diretamente da Câmara de Vereadores de Capão da Canoa. Com as atividades ordinárias suspensas desde 6 de maio, o Parlamento gaúcho realizou, na semana passada, reuniões extraordinárias da Mesa e de líderes e definiu que, até 21 de maio, não haverá atividades das comissões parlamentares nem sessões plenárias. Serão realizadas apenas sessões deliberativas, em formato virtual, para apreciar exclusivamente proposições relacionadas ao enfrentamento das inundações.



Será a terceira vinda de Lula ao Estado nas últimas semanas

Lula irá anunciar novas medidas durante ato hoje, em São Leopoldo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retorna ao Rio Grande do Sul hoje. Às 13h30, está prevista a presença dele em São Leopoldo, onde fará novos anúncios com foco na recuperação do Estado. Será a terceira vez de Lula no RS desde o começo das chuvas históricas.

O governo decidiu adiar o anúncio das medidas, que estava previsto para a tarde de terça-feira, no Palácio do Planalto. O adiamento se deu porque o presidente pretende convidar os representantes dos demais Poderes. De acordo com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a nova data visa que os demais poderes da República, o presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo

Pacheco, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luís Roberto Barroso, participem do pronunciamento.

Entre as medidas esperadas está um voucher de R\$ 5 mil às famílias afetadas pela tragédia climática. Há ainda a possibilidade de um incremento temporário no Bolsa Família, que hoje paga, em média, R\$ 686 por mês ou o pagamento de um auxílio emergencial, nos moldes do que foi feito durante a pandemia.

A expectativa, de acordo com fontes da Presidência e da equipe econômica, no entanto, é de que aproximadamente 100 mil famílias possam receber o dinheiro, pago em uma parcela única. (Joceline Silveira)

Decisão atende pleito de entidades

Manter sem alteração o ICMS em produtos da cesta básica era um pleito das 26 entidades que encaminharam sugestão, no fim de março, para o Estado retomar a discussão de ajuste na alíquota modal no lugar de retirar benefícios fiscais de setores econômicos. Naquele momento, o Executivo não conseguiu atender a demanda. A expectativa, agora, é que haja recuo nos valores destes alimentos.

“Desde o início do anúncio dessas medidas,

temos lutado para impedir as altas de impostos e os consequentes aumentos de preços em itens que são essenciais a todos. Com o início da crise gerada pelas cheias, essa demanda tornou-se ainda mais sensível. Esta situação extrema que presenciamos em diversos municípios gaúchos impacta diretamente no funcionamento da economia local e na produção de alimentos e, consequentemente, no abastecimento, na geração de renda e nas receitas

das empresas”, afirma o presidente da Fecomércio, Luiz Carlos Bohn. A entidade é uma das que pediram a revogação.

O apelo da entidade é para que a vigência dos decretos se mantenha adiada, ao menos, até o final de 2024. A Fecomércio mantém posição contrária a qualquer medida que aumente a cobrança de impostos e tem dialogado com o governo estadual e com o Poder Legislativo na busca por soluções”, completa.

+ Unidos Pelo RS

O governo federal lançou na terça-feira o portal Unidos Pelo RS para concentrar informações, serviços e notícias sobre o apoio ao Rio Grande do Sul. A página reúne números sobre a ajuda do governo federal ao Estado gaúcho, discriminados por órgão e finalidade.

É possível consultar o investimento total da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para o local, o número de hospitais de campanha, a quantidade de doações transportadas

e os equipamentos e profissionais mobilizados para conter a tragédia. A ferramenta também tem orientações sobre como ajudar os atingidos com conteúdos sobre o que e como doar.

Entre os serviços destinados aos gaúchos, há previsões de inundação e do tempo, além do nível dos rios e acesso ao monitoramento hidrológico. Estão disponíveis ainda alertas de riscos e imagens de satélite. (AE)